



POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Previsseguro Mediação de Seguros Lda.

ÍNDICE

- 1. Introdução**
- 2. Objectivo é Âmbito**
- 3. Definição de dados pessoais**
- 4. Finalidade e Fundamento para o Tratamento de Dados**
- 5. Armazenamento e Segurança de Dados**
- 6. Transferência Internacionais de Dados**
- 7. Direitos dos titulares de Dados**
- 8. Comunicação de dados a Terceiros**
- 9. Proteção de dados e Medidas de Segurança**
- 10. Alterações à Política de Proteção de Dados**

1. INTRODUÇÃO

A **Previsseguro Mediação de Seguros Lda.** necessita de recolher regularmente dados pessoais no âmbito do exercício da atividade de mediação de seguros, reconhecendo que o Titular de Dados Pessoais tem direito ao respeito pela sua vida privada e familiar.

Estamos Cientes da importância de um tratamento correto e seguro dos dados pessoais dos nossos clientes colaboradores e parceiros, garantindo sempre a sua privacidade e em conformidade **com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados "RGPD" - Regulamento nº 679/2016, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.**

A presente **Política de Proteção de Dados Pessoais** define as regras e princípios seguidos pela Previsseguro para assegurar a **segurança, transparência e legalidade** no tratamento de dados pessoais

2. OBJETIVO E ÂMBITO

Esta Política tem como objetivos:

- Garantir o cumprimento da legislação aplicável em matéria de proteção de dados;
- Assegurar que os dados pessoais são recolhidos e tratados de forma lícita, leal e transparente;
- Proteger os direitos dos titulares dos dados;
- Definir as regras internas da Previsseguro para tratamento de dados pessoais

Esta política aplica-se a **todos os dados pessoais tratados** pela Previsseguro, independentemente do suporte - físico ou digital - e abrange **clientes, colaboradores, parceiros e prestadores de serviços**

3. DEFINIÇÃO DE DADOS PESSOAIS

De acordo com o RGPD, são considerados **dados pessoais** todas as informações que permitam identificar, direta ou indiretamente, uma pessoa singular, incluindo:

- Nome, morada, contacto telefónico e email;
- Numero de identificação fiscal e documentos de identificação;
- Dados bancários para pagamento de prémios ou indemnizações;
- Informações de localização geográfica;
- Informações sobre seguros contratados, sinistros e histórico de transações;

- Dados de saúde (apenas quando estritamente necessários para seguros de saúde, acidentes pessoais ou vida, com base no consentimento do titular ou para execução do contrato).

4. FINALIDADE E FUNDAMENTO PARA O TRATAMENTO DA DADOS

A Previsseguro trata os dados pessoais exclusivamente para as seguintes finalidades:

Finalidade	Fundamento de Licitude	Prazo de Conservação
Gestão de propostas e contratos de seguro	Execução do contrato	Até ao fim do contrato e prazos legais aplicáveis
Gestão de sinistros e assistência	Execução do contrato	Até ao fim do contrato e prazos legais aplicáveis
Cumprimento de obrigações fiscais, legais e regulamentares	Obrigações legais	Prazo legal aplicável
Comunicação de informações comerciais e campanhas	Consentimento do titular ou interesse legítimo	Até 1 ano após fim da relação contratual
Processamento de salários e gestão de colaboradores	Execução do contrato de trabalho	Até ao fim do contrato e prazos legais aplicáveis
Recrutamento de novos colaboradores	Consentimento do candidato	Até 1 ano após o recrutamento

Caso seja necessário tratar dados pessoais para outra finalidade, a Previsseguro solicitará sempre o **consentimento explícito** do titular, salvo se houver outro fundamento legal.

5. ARMAZENAMENTO E SEGURANÇA DOS DADOS

A Previsseguro adota medidas técnicas e organizacionais para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perda, destruição ou divulgação indevida. Entre estas medidas incluem-se:

- **Armazenamento seguro:** Os dados pessoais são armazenados **em servidores na cloud, localizados na União Europeia (UE)**, garantindo conformidade com as normas de proteção de dados;
- **Acesso restrito:** Apenas colaboradores e parceiros devidamente autorizados podem aceder aos dados pessoais, conforme necessário para a execução das suas funções;
- **Encriptação e segurança digital:** São implementadas medidas de segurança, como encriptação de dados, firewalls e monitorização de acessos.

6. TRANSFERENCIAS INTERNACIONAIS DE DADOS

A Previsseguro **não transfere dados pessoais para fora do Espaço Económico Europeu (EEE).**

7. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS

Nos termos do RGPD, os titulares dos dados têm os seguintes direitos:

- **Direito de Acesso:** Solicitar informações sobre os seus dados pessoais tratados pela Previsseguro;
- **Direito de Retificação:** Corrigir dados incorretos ou incompletos;
- **Direito ao Apagamento:** Solicitar a eliminação dos seus dados pessoais, salvo quando houver obrigação legal de conservação;
- **Direito à Limitação do Tratamento:** Restringir o tratamento dos seus dados em determinadas circunstâncias;
- **Direito à Portabilidade:** Solicitar a transferência dos seus dados para outro responsável pelo tratamento;
- **Direito de Oposição:** Opor-se ao tratamento dos seus dados com base em interesse legítimo;
- **Direito de Retirar o Consentimento:** Nos casos em que o tratamento se baseie no consentimento, o titular pode retirar esse consentimento a qualquer momento.

Para exercer os seus direitos, os titulares podem **contactar a Previsseguro através do email: rgpd@previsseguro.pt.**

8. COMUNICAÇÃO DE DADOS A TERCEIROS

A Previsseguro pode partilhar dados pessoais com:

- **Seguradoras e resseguradoras** (para emissão e gestão de apólices);
- **Entidades reguladoras e autoridades públicas** (quando exigido por lei);
- **Prestadores de serviços externos**, nomeadamente:
- **I2S II - Brokers Software Solutions, S.A.** (prestação de serviços de IT e gestão documental);
- **Tojal Conta, Lda. - Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria, Lda.** (contabilidade e fiscalidade).

Nenhum dado será partilhado com terceiros para fins comerciais sem consentimento prévio do titular.

9. PROTEÇÃO DE DADOS E MEDIDAS DE SEGURANÇA

- Implementação de **firewalls e autenticação forte** nos sistemas;
- Monitorização de **tentativas de acesso indevido**;
- Encriptação dos dados sempre que aplicável;
- Políticas rigorosas de **backup e recuperação de dados**

10. ALTERAÇÕES À POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS

A Previsseguro reserva-se o direito de actualizar esta Política sempre que necessário. A versão actual estará disponível em: **www.previsseguro.pt/informacao-legal**.

11. ANEXO

Regime Jurídico da Proteção de Dados

A **Previsseguro Mediação de Seguros, Lda.** cumpre todas as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, em conformidade com os seguintes diplomas legais:

1. Proteção de Dados Pessoais

- **Regulamento (UE) 2016/679** - Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD);
- **Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto** - Lei de Execução do RGPD em Portugal;
- **Lei n.º 59/2019, de 8 de agosto** - Regime da Proteção de Dados Pessoais no Setor Público;
- **Lei n.º 67/98, de 26 de outubro** - (Revogada pelo RGPD, mas referida para contexto histórico);
- **Lei n.º 43/2004, de 18 de agosto** - Lei da organização e funcionamento da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD);
- **Lei n.º 12/2005, de 26 de janeiro** - Informação genética pessoal e de saúde.

2. Comunicações Electrónicas e Privacidade

- **Lei n.º 41/2004, de 18 de agosto** - Regula a proteção de dados pessoais no setor das Comunicações Electrónicas (alterada pela Lei n.º 46/2012);
- **Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro** - Transpõe a Diretiva do Comércio Electrónico e o artigo 13.º da Diretiva das Comunicações Electrónicas;
- **Lei n.º 32/2008, de 17 de julho** - Regula a conservação de dados no contexto dos serviços de comunicações electrónicas ou dos serviços públicos de comunicações.

3. Video-Vigilância e Segurança

- **Decreto-Lei n.º 35/2004** - Utilização de sistemas de vídeo-vigilância pelos serviços de segurança privada e de auto-proteção;
- **Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro** - Utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum;
- **Lei n.º 34/2013, de 16 de maio** - Regime jurídico da segurança privada e da utilização de sistemas de video-vigilância.

4. Legislação Laboral e Proteção de Dados

- **Lei n.º 99/2003, de 27 de agosto** - Código do Trabalho (inclui disposições sobre proteção de dados de trabalhadores);
- **Lei n.º 35/2004, de 29 de julho** - Regulamenta o Código do Trabalho, incluindo regras sobre a privacidade no local de trabalho.

5. Criminalidade Informática e Cibersegurança

- **Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro** - Lei do Cibercrime (revogou a Lei n.º 109/1991);
- **Regulamento (UE) 2019/881** - Regulamento Europeu de Cibersegurança;
- **Lei n.º 46/2018, de 13 de agosto** - Estabelece o Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço.

Última actualização: 17 de Fevereiro de 2025